

ARTIGO

VIOLÊNCIA INSURGENTE E OUTRAS QUESTÕES: A ESQUERDA ARMADA NO BRASIL DURANTE A DITADURA (1964-1985)

MAICON MAURICIO VASCONCELOS FERREIRA

Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
Presidente da Associação Pernambucana de Anistiados Políticos (APAP). Integrante
do Grupo de Estudos Interdisciplinar Pobreza, Trabalho e Lutas Sociais -
POPULUS (NEEPD-UFPE).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2368-5092>

RESUMO: O artigo busca discutir a atuação das esquerdas armadas no Brasil durante a ditadura (1964-1985), traçando no percurso debate com alguns pontos polêmicos da historiografia do tema, detendo-se, em maior grau, na questão da violência insurgente como meio para derrubada da ditadura e deflagração da revolução brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura. Esquerda Armada. Violência Insurgente. Revolução Brasileira.

INSURGENT VIOLENCE AND OTHER ISSUES:

THE ARMED LEFT IN BRAZIL DURING THE DICTATORSHIP (1964-1985)

ABSTRACT: The article seeks to discuss the actions of the armed left in Brazil during the dictatorship (1964-1985), tracing along the way a debate with some controversial points in the historiography of the subject, focusing to a greater extent on the issue of insurgent violence as a means of overthrowing the dictatorship and outbreak of the Brazilian revolution.

KEYWORDS: Dictatorship. Armed Left. Insurgent Violence. Brazilian Revolution.

Recebido em: 31/12/2023

Aprovado em: 16/04/2024

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v79p172-202>



Na iconoclastia de uma concepção monumental da história que rastreia como seu foco de análise tão somente a reprodução social, um estudo consequente das esquerdas armadas deve passar, incontornavelmente, pela apreensão das imagens do desejo e manifestações utópicas produzidas no imaginário social daquela coletividade das décadas de 1960 e 1970. Os anos sessenta ficaram marcados pela imaginação, ladeada pela rebelião e contestação, espírito que podemos estender para os anos iniciais da década seguinte (Paes, 2004. p. 8). Sendo assim, nos interessa saber em que acreditava e no que pensava o conjunto dos integrantes da Esquerda, que pegou em armas contra a ditadura.

Ao refletir sobre o tema buscamos não somente tratar do passado ditatorial da História do Brasil, com foco no período de 1964-1985, mas também contribuir com a história pública de nosso país em tempos de negacionismos históricos, que teve sua exacerbação no mandato de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), representante da direita que chegou mesmo a dizer, ainda em 2004, “Que doce ditadura tivemos em nosso país”.¹ É necessário combater o discurso destes *assassinos da memória*, conforme nominou o historiador Vidal-Naquet (1988), pois eles promoveram diversas ações com o objetivo claro de construir uma nova narrativa sobre o passado da última ditadura, de modo que esta contemple seu projeto de poder, afinal o Negacionismo é uma das armas do arsenal político de que lançam mão certos grupos inscritos na dinâmica da luta de classes.

Nada do que foi está perdido para a história.² Como convenientemente escreveu Fernando Pessoa (1983, p.232) em seu poema Pecado Original: “Ah, quem escreverá a história do que poderia ter sido? Será essa, se alguém a escrever, a verdadeira história da humanidade. O que há é só o mundo verdadeiro, não é nós, só o mundo. O que somos nós. E a verdade está aí”.

Um dos primeiros passos para uma operação historiográfica deste tipo é considerar a *paixão* e a *utopia*, mediadas pela ação direta, como elementos-chaves de interpretação, inscritas, como não poderia ser diferente, num cenário de indeterminação histórico-social para seus atores e

¹ Jair Messias Bolsonaro. Em discurso na Câmara dos Deputados, em 04/03/2004, às 14h40min. Disponível na íntegra em <https://www.camara.leg.br>.

² Cf. Benjamin, 1993.

atrizes, profundamente marcado pelo signo do internacionalismo dos sonhos diurnos coletivos.

O sonho desperto, ou seja, aberto para o mundo, sabe não se abster. Ele se recusa a se saciar ficticiamente ou ainda espiritualizar desejos. A fantasia diurna, assim como o sonho noturno, tem os desejos como ponto de partida, mas vai com eles até o fim, quer chegar ao lugar da realização (Bloch, 2005, p. 97).

Ideário de uma geração plasmado na letra e na voz de John Lennon³
(tradução livre):

Imagine que não existe paraíso
É fácil se você tentar
Nenhum inferno sob nós
Acima de nós apenas o céu
Imagine todas as pessoas
Vivendo o presente
Imagine que não há países
Não é difícil de fazer
Nada por que matar ou morrer
E nenhuma religião também
Imagine todas as pessoas
Vivendo a vida em paz
Você pode dizer que sou um sonhador
Mas eu não sou o único
Tenho esperança de que um dia você se unirá a nós
E o mundo será um só
Imagine que não existe propriedades
Será que você consegue?
Sem ganância ou fome
Uma fraternidade do Homem
Imagine todas as pessoas
Compartilhando o mundo inteiro
Você pode dizer que sou um sonhador
Mas eu não sou o único
Tenho esperança de que um dia você se unirá a nós
E o mundo será um só.

É o inconformismo com o seu presente apresentado como tempo de repetição da luta de classes em que a classe trabalhadora prossegue oprimida e perseguida que incitará homens e mulheres, em sua grande maioria jovens abaixo dos vinte e cinco anos, à luta por um futuro que virasse de ponta-cabeça aquele presente, derrubando-se a ditadura (inaugurada em 1964) e abrindo caminho para a edificação do socialismo no Brasil.

³ Cf. LENNON, J. **Imagine**. Disponível em: <https://www.beatleshp.com/traduz23.htm>

Não à toa esses foram os elementos que unificavam toda a esquerda naqueles tempos, inclusive o PCB. A maneira de como se chegar lá, através de que meios e o que deveria ser realizado após a conquista do poder era uma constelação de divergências. As várias organizações de esquerda discordavam em três tempos. Quanto à tática (linha de ação política imediata), programa (partindo-se de um diagnóstico da sociedade de então, quais deveriam ser as mudanças) e às estratégicas (qual a linha geral para a conquista do poder e galgar tais mudanças). Mas o principal elemento que dividiu o arco das organizações de esquerda na resistência ao regime militar implantado em 1964, ou mesmo na construção do socialismo, foi o uso ou não da violência de confronto para tais fins.

Neste sentido, uma pedra de toque no debate historiográfico sobre a Esquerda e sua opção pelo caminho armado, durante a última ditadura brasileira (1964-1985), é a questão do uso da violência (ou não) em sua prática política. Isto é, a utilização da violência armada como meio de confronto à ditadura instituída pelo golpe de 1964 e como via para desencadeamento da revolução brasileira. Não é demasiado enfatizar que “a luta das esquerdas em armas após o golpe de 1964 tinha como projeto, em geral, não só derrubar a ditadura, mas caminhar decisivamente rumo ao fim da exploração de classe” (Ridenti, 1993, p. 63). Tema de mútuas complexidades e não poucas opacidades. Trata-se, mais precisamente, do exercício da violência por organizações não estatais ou violência civil coletiva na política.

A defesa do uso da violência de confronto como necessária e como expediente legítimo para edificação do socialismo, visão destoante da linha do PCB, já aparecia posta mesmo antes de 1964, ainda que não defendida como a via principal para a Revolução Brasileira. Por exemplo, nos discursos do POR-T, da POLOP e do MRT (das Ligas Camponesas). A última organização chegando mesmo a tentar o lançamento de uma guerrilha rural no interior de Goiás e do Maranhão, em 1962, ainda no governo Goulart.⁴

Nenhuma delas formulou a defesa pública da violência insurgente como método principal de luta, nem tampouco, provavelmente, contaria com a adesão necessária para nacionalizar com maior determinação este horizonte propositivo, e assim, avançar para além da teoria ou de uma

⁴ Cf. Oliveira, 2016; Pereira Neto, 1997; Rocha, 2008; Sá, 2007.

prática isolada, haja vista que no país, ainda não se observava uma tendência mais sólida de abraçar esta via, em parte decorrente da hegemonia da linha defendida pelo PCB. O MRT foi a organização que mais próximo chegou de deflagrar uma guerrilha naqueles anos anteriores ao golpe de abril de 64, mas não decolou. Esse contexto, de aceitação mais contundente de luta armada imediata, somente viria após o golpe e, mais flagrantemente, no calor e impulsionadas pela força das mobilizações de 1968. Na interpretação de Jacob Gorender (1987), “a imersão geral na luta armada” somente viria mesmo em 1969.

Por outro lado, do ponto de vista histórico não é razoável endossar a interpretação de bloqueio institucional, que concebe que a eclosão do projeto de luta armada ocorreu somente na condição de recurso derradeiro daqueles que se viram privados de uma atuação política institucional após o golpe (1964) e diante das restrições impostas pelo AI-5 (1968). Nessa lógica, seria pela inexistência de vias legais de atuação contra a ditadura que as mulheres e homens daquele período teriam aderido à luta armada. Sob essa ótica, as esquerdas armadas seriam enquadradas tão somente como um polo de resistência à ditadura, que o foram, é verdade, mas não apenas.

Como já enfatizado, os armados de esquerda pretendiam muito mais do que o retorno ao regime anterior ao Golpe de Abril de 64. Com isso, não pretendo sombrear que o golpe e o AI-5 foram fatores de grande relevo para a opção de muitas mulheres e homens pela via armada, mas o processo certamente não esteve condicionado unilateralmente por eles. “As lutas de classes, de que as organizações de esquerda foram uma das expressões, não podem ser explicadas pela ação repressiva do regime civil-militar”, nem também “pelas falhas das instituições desse regime, ou das anteriores ao golpe de 1964, senão teríamos subjacente a ideia de que, se não houvesse falhas nas instituições, não haveria lutas de classes” (Ridenti, 1993, p. 62)

Violência Estatal e Violência Civil Coletiva na Política

Em estudo clássico Barrington Moore Jr. (2002) demonstrou que o misto de brutalidade e repressão, a serviço do autoritarismo, foi posto em ação eminentemente pelas classes abastadas da sociedade moderna ao longo de sua história. Este dado nos interessa muito visto que, conforme

apontou Calleja (2017, p.397), a partir da historiografia se tem afirmado repetidamente que a repressão estatal é uma forma reconhecida de violência política, no entanto os historiadores das ditaduras latino-americanas têm pouco se detido em pensar sobre as razões que tem o Estado para aplicar métodos coativos, bem como em avaliar por que em determinadas circunstâncias, emprega umas estratégias de controle sobre outras, ou quais são os vínculos que ligam a repressão estatal, o tipo de governo e as formas de ação coletiva, violentas ou não, dos grupos dissidentes.

Tais afirmações, do historiador Eduardo G. Calleja, certamente se aplicam ao caso brasileiro e à sua produção historiográfica. As lacunas/indagações que ele ressalta somente podem ser sanadas a partir de uma abordagem de longa duração histórica, “essa estrada essencial da história” (Braudel, 1978, p. 8.), impondo por força do método para apreensão dos largos processos estruturais, grandes generalizações. Como o fez Charles Tilly (1996), em seu estudo sobre a dinâmica de formação dos Estados europeus. Ademais, considerando que tanto a violência quanto a repressão são conceitos valorativos, porém centrados no debate sobre (i)legalidade e (i)legitimidade, é indispensável o trato de ambas as categorias (violência e repressão) em suas relações com o direito.

Nesta tarefa de reflexão nos auxilia os escritos do filósofo e crítico alemão Walter Benjamin, objetivando, ao pensar junto com o autor, não busco justificar a violência emanada do poder estatal no decorrer da história brasileira, mas antes de tudo compreender, afinal esse é o objetivo precípua do ofício de historiar. “Como ator chave nos jogos de aquisição, conservação ou redistribuição do poder político, o estado deveria ser analisado com os mesmos métodos que utilizamos para explicar as ações coletivas dos grupos opostos a ele” (Calleja, 2017, p. 397)

Munido de conhecimento dos processos históricos de formação das sociedades e seus Estados, não há de espantarmo-nos com o uso generalizado da violência nos processos políticos. A classe dominante se utiliza da violência secularmente, segundo seus interesses, para a implementação e manutenção da ordem. Em seu texto *Crítica da Violência*

– *Crítica do Poder*,⁵ Walter Benjamin (1986, pp. 160-175.) indica que a violência é o fundamento maior do Estado, do Direito e do próprio poder. Exerceria a violência, então uma dupla função: de instauradora e mantenedora do direito. Para uma crítica da violência, diz Benjamin, a tarefa é a de apresentar as relações da tríade: violência, direito e justiça.

Benjamin em suas considerações manifesta que a violência seria o fundamento maior do próprio contrato social, pois da mesma maneira que em seu desfecho, igualmente em sua origem inclinar-se-ia para a violência. Mesmo não estando imediatamente posta no contrato como instauradora do direito, está nele representada, à proporção em que o poder que assevera o contrato de direito é, por seu turno, de origem violenta, ainda que tal poder não tenha sido principiado no contrato pela violência, “quando não é, no próprio contrato, legitimamente instituída pela violência. Quando a consciência da presença latente da violência dentro de uma instituição jurídica se apaga, esta entra em decadência” (Idem, p.167). Em última instância seu poder repousa no controle sobre a vida e morte dos indivíduos.

Diria, na mesma direção, um outro filósofo (Vázquez, 1977, p. 381 e ss.) que “na sociedade dividida em classes antagônicas a violência é a razão última do Estado”. E esta violência se organizaria e se estruturaria como *violência potencial* pronta a converter-se em *violência em ato*. “Violência em ato quando assim o exige seu caráter de órgão de dominação de uma classe sobre outra”, ou, por outro lado, “violência potencial quando o Estado pode garantir essa dominação, ou o consentimento dos interesses da classe que representa por outros caminhos não coercitivos. Entretanto, “em todo Estado de classe, esta é a razão última, como violência em potência sempre pronta a converter-se em ato. Ainda há outro tipo de violência indicado por Vázquez (Idem), que compõe a dinâmica relacional de atuação do Estado e da própria essência do regime social, isto é, a *violência como modo de vida*, aquela vinculada ao caráter alienante e explorador das relações humanas, a violência da carência, da fome, do desemprego, das enfermidades, etc.

A formação do Estado brasileiro por sua vez, como todos os demais, está eivada em sua dinâmica mesma de constituição de sangue e suor de

⁵ Significativamente, para fins de reflexão epistemológica, não por acaso, em alemão a palavra Gewalt pode significar, simultaneamente, violência e poder. O título do ensaio de Benjamin no original é “Zur Kritik der Gewalt”.

civis, pobres, em via de regra. Nesta medida, “a história diz respeito ao capital e à coerção” (Tilly, 1996. p. 61). No caso do Brasil, historicamente a violência exerceu papel decisivo e fundador na configuração de nossos sistemas sociais, seja o colonial, imperial ou o republicano. A violência foi sempre instrumento político da classe dirigente, que normalmente, se alinhava como classe dominante. A violência política estatal não foi um estado de exceção senão a regra.

O emprego da violência armada era generalizado nas relações políticas e sociais no Brasil Império. Esta é a conclusão a que chegou o historiador Adilson José de Almeida em sua pesquisa de doutorado. E não como casualidade, mas como mecanismo intrínseco de sua dinâmica histórica de constituição. Configurava-se, pelas suas características de organização ao longo da história, como uma sociedade armada (Almeida, 2014, p. 18 e ss.). *Sociedade Armada* seria aquela sociedade com capacidade para obter e empregar armas independente das instâncias governamentais.

Segundo a tipologia elaborada por Almeida, haveria três modos de atuação armada que atravessaram o período colonial e imperial brasileiro: O *Modo Militar de Atuação Armada*, que é aquele desenvolvido pelo Estado português para a formação de suas forças armadas, posto em funcionamento com a aplicação da legislação militar no período colonial; *Modo Senhorial de Atuação Armada*, assim denominado “porque foi desenvolvido pelo segmento dos senhores para formar seus grupos armados e que se aproveitava da aprendizagem doméstica ou comunitária dos homens para lutar e empregar armas, sem fornecer treinamento para eles”; e o último, *Modo Dependente de Atuação Armada*, que era, conforme o autor, o que vigorava no Exército brasileiro.

No *Modo Dependente* o Estado não arregimentava sua capacidade de atuação armada tão somente com seus recursos próprios, “ele lançava mão dos senhores e das forças que eles organizavam. O Estado se armava por meio das relações que se estabeleciam entre os dois modos de atuação armada, o militar e o senhorial, ele dependia da combinação de ambos.” (Almeida, 2014, p. 4 e ss.) A população com armas compôs historicamente elemento-chave e fundamental na organização armada para a segurança, conquista e expansão do território.

A violência física era recurso utilizado nas disputas por poder governamental do país em suas mais diversas esferas, da local à central, sendo mobilizada, inclusive, durante as eleições. A difusão de armas entre os civis para atender aos interesses do nascente Estado colonial está rigorosamente presente no próprio “sentido da colonização”,⁶ de conquista e manutenção do novo território para fins de produção econômica e lucro metropolitano. “A política de segurança policial e militar da Coroa portuguesa, seguida mais tarde pelo Império brasileiro, mobilizava a população e exigia o seu armamento” (Almeida, 2014, p. 7). De modo que a força militar no Estado era formada majoritariamente por homens que integravam milícias privadas e outras tropas auxiliares. Somente uma pequena parcela era, de fato, mantida e recrutada pelo Exército e Marinha.

Em apoio e consubstanciação ao conceito de *Modo Dependente de Atuação Armada* de Almeida, podemos apresentar outro, numa linha extremamente próxima, em seu sentido geral de teorização das implicações, este elaborado por Marcel Bursztyn (1990) na obra *O País das Alianças: Elites e Continuismo no Brasil*. Trata-se do *Pacto histórico de legitimação recíproca entre Estado e oligarquias rurais*, que busca traduzir à fórmula que deu tônica à história política do país, lastreada, desde os tempos coloniais até a república, na complementaridade entre as estruturas de poder central e local no Brasil.

Demonstra o autor que, a despeito das mudanças ao longo do tempo e das grandes diferenças entre as duas esferas (poder central e poder local), a continuidade dos compromissos oligárquicos foi mantida, sob o imperativo da legitimação recíproca, configurando-se como interdependentes. Com estas conclusões, o autor elaborou uma terceira via as teses clássicas defendidas por Faoro (2001) e Queiroz (1976), já que, o primeiro “parece exagerar a importância do poder central”, e a segunda, “em seu estudo sobre o poder local, negligenciar a importância daquela instância [o poder central]” (Bursztyn, 1990, p.47). Assentado sob estas bases, foi que se desenrolou o genocídio contra os povos originários do território brasileiro, reduzidos de cerca de 2,5 milhões em 1500 (Bernand, 2005, p.167) a 1,7 milhão em 2022

⁶ Cf. Sentido da Colonização In PRADO JR, 1981.

(IBGE, 2023) e desenvolveu-se a escravização de aproximadamente 4 milhões de pessoas negras durante mais de 300 anos.

De acordo com Dreifuss (1989, pp. 10-11), “O Brasil oligárquico-imperial transformou-se em Re(s)Pública... mas continuou como ‘coisa privada’ das elites dirigentes e classes dominantes.” Tendo se estruturado “num processo de *convergência político-ideológica* dos grupamentos dominantes, [que] seria consolidado como patrimônio exclusivista de elite e excludente da representação popular”. A questão social seria tratada como caso de polícia. A falta dessa representação popular era um continuísmo gestado desde os primeiros tempos do empreendimento colonial e garantido com base na repressão. A violência contra a classe trabalhadora era incentivada e lançada mão pelo Estado segundo seus ditames, desde os primórdios da conquista, obedecendo primeiramente às dinâmicas e acomodações da luta de classes, mas também as dissensões e conflitos dentro das próprias elites dominantes para exercício de poder. Um exemplo dessa última determinação – das lutas intraclasse para gerenciamento do Estado - é a repressão que foi direcionada contra os monarquistas após a Proclamação da República,⁷ mas nada comparado, em sua sistemática e ostensividade, à que a pobreza foi e é alvo.

Os casos da Guerra de Canudos (1896-1897) e do Contestado (1912-1916) são emblemáticos para figurar a beligerância deste processo, que se estendeu até o período republicano. Somente nestes dois conflitos milhares de pessoas foram mortas pelo Estado. República que, em sua primeira fase, caracterizava-se pela preservação do poder das oligarquias rurais, capitaneada desde a colônia. Mesmo com a ascensão de Vargas ao poder, momento que o aparelho de Estado tem modernizadas algumas de suas estruturas, a conformação fundiária brasileira e o poder dos latifundiários daí advindo não apresenta qualquer ruptura substancial, tanto que a classe trabalhadora rural ficou excluída da Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1943. Um dos símbolos da conquista de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras urbanas no Brasil, em parte condensada a partir dos ganhos obtidos nas lutas da década de 1920 no governo de Arthur Bernardes (1922-1926) e, em menor grau, de Washington Luís (1926-1930).

⁷ Cf. Janotti, 1986.

Lutas sociais articuladas maiormente pelo movimento anarco-sindicalista, mas também pelo nascente Partido Comunista do Brasil. É sobre ele, o PCB, que iremos debater a seguir. Estes parágrafos antecedentes buscaram historiar um pouco, em voo muito panorâmico, a violência estatal no Brasil. E nos resta a pergunta para fins de reflexão metodológica de comparação entre as violências empregadas, que deve estar, em sua análise crítica, para além de imperativos morais de (i)legalidade, já que o ilegal sempre o é determinação dos detentores do poder de Estado: “Num mundo regido pela violência encoberta ou aberta, que papel desempenha ela na atividade prática do homem tendente a transformar a própria realidade social?” (Vázquez, 1977, p.383).

Ao estudar a atuação dos insurgentes armados durante a última ditadura brasileira, estamos tratando do exercício da violência por organizações não estatais ou violência civil coletiva *na* política. Esta delimitação é fundamental como critério de análise, pois, as organizações violentas não estatais ou violências civis, inclusive as de matriz política de esquerda, não inovaram em nada que os Estados Nacionais já não o tenham realizado. “A única diferença é que não são estados” (Tilly, 2004, p.1). Na busca de uma maior precisão adotamos o conceito de *violência na política* cunhado pelo historiador espanhol Eduardo González Calleja (2002) que a define como “o emprego consciente (ainda de nem sempre premeditado), ou a ameaça do uso, da força física por parte de indivíduos, entidades, grupos ou partidos que buscam o controle dos espaços de poder político, a manipulação das decisões em todas ou parte das instâncias de governo, e, em última instância, a conquista, a conservação ou a reforma do Estado” (Calleja, 2002, p. 270-271.)

A Crise de Hegemonia do Partido: O PCB e as esquerdas brasileiras entre o pré e o pós-golpe de 1964

Vida clandestina compulsória em quase toda a sua história. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), até a década de 1960 havia permanecido poucos anos na legalidade. Fundado em 1922, conseguiu atuação legal em alguns anos desta década e apenas dois anos (1945-1947) após o término da 2ª

Guerra Mundial, sendo, logo em seguida (em 7 de maio de 1947), novamente posto na clandestinidade por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no mandato do General Eurico Gaspar Dutra.

Entre 17 de julho e 1º de setembro de 1928, se encontravam na cidade de Moscou, os brasileiros Leôncio Basbaum, Paulo Lacerda e Heitor Ferreira Lima, na condição de representantes do Partido Comunista do Brasil no VI Congresso da III Internacional Comunista. Foi neste espaço que a III Internacional apresentou pela primeira vez, desde seu nascimento em 1919, um relatório dedicado ao trato da questão latino-americana e quais seriam as estratégias revolucionárias a serem adotadas pelos respectivos países comunistas desta região, desde logo enquadrada como área “colonial ou semicolonial” na qual existiriam, segundo o tal relatório, resíduos feudais e relações econômicas pré-capitalistas. Países como o Brasil foi caracterizado como Colônia de exploração compunha uma dinâmica em que os interesses das burguesias imperialistas “ao fim e ao cabo, travam o desenvolvimento das forças produtivas das respectivas colônias.” (VI Congresso da Internacional Comunista, Informe y Discusiones *apud* Antunes, 1991, p. 10), convertendo-os em meros apêndices econômicos dos países centrais do capitalismo, para onde seriam sugadas as riquezas, frutos do trabalho da classe trabalhadora destes países explorados, os quais em igual medida viam-se impedidos, devido a esta dinâmica processual, de alçar um desenvolvimento autônomo.

Partindo destas constatações-base, na concepção da III Internacional caberia aos (partidos) comunistas destes países “tomar parte ativa e geral do movimento revolucionário de massa dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo, inclusive onde este movimento estiver sob a direção da pequena burguesia.” Este entendimento e orientação foram referendados no III Congresso do jovem PCB, que ocorreu cerca de três meses dali, entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929. No qual, em análise da situação nacional, ponderou-se: “O Brasil é um país ‘semifeudal’, e ‘semicolonial’: Penetrando nele o imperialismo, adaptando a economia do país ao seu próprio interesse, apoia-se nas formas de exploração feudais e semi-escravagistas, baseadas no monopólio da terra” (Resoluções do III Congresso do PCB *apud* Antunes, 1991, p. 21).

A orientação política do PCB a partir deste momento até a eclosão do golpe em abril de 1964, em regra geral, pode ser definida pela adoção de uma linha programática que prezou por uma revolução em etapas. Sob esta diretiva, a primeira etapa seria de libertação nacional, prescindindo para tal de uma aliança entre os trabalhadores e a burguesia nacional progressista, os quais juntos e alinhados nos mesmos objetivos combateriam o imperialismo e o latifúndio, principais inimigos da classe operária brasileira. E, assim, superado o regime de dependência do Imperialismo e os restos feudais que ainda existiam, seria possível a progressão das forças produtivas do país e daí o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Afora o curto período do levante comunista de 1935 e das orientações, que não vingaram, do seu IV Congresso (ocorrido em 1954), o PCB continuamente defendeu a bandeira da Revolução em etapas e, por conseguinte, a transição pacífica para o socialismo. A Revolução Brasileira na visão do PCB além de anti-imperialista e anti-oligárquica, seria nacional e democrática.

É em coerência com esta linha e contando com uma hegemonia no movimento popular e sindical construída em mais de quatro décadas de luta e organização que, no início da década de 1960, o PCB apoiou intensamente as Reformas de Base, propostas pelo presidente gaúcho João Goulart (Jango), ao passo que atacava abertamente e em todas as frentes que lhe era possível as alas mais radicalizadas da esquerda, desde as Ligas Camponesas, passando pelos grupos trotskistas (Partido Operário Revolucionário Trotskista e Organização Revolucionária Marxista – Política Operária) e Maoistas (PCdoB) e, igualmente, os de inspiração brizolista, a exemplo dos comandos nacionalistas “Grupos de Onze Companheiros”.

Mesmo atestada por várias análises sobre a eminência concreta de a direita protagonizar um golpe de Estado, os dirigentes do PCB diziam não acreditar nesta possibilidade, bem elucidativo desta visão são as declarações de [Luiz Carlos] Prestes às vésperas do 1º de abril, manifestando taxativamente que não havia tal perigo [de golpe] e caso a direita ousasse dar passos nessa direção teria suas cabeças cortadas.

Ocorrido o Golpe, os dirigentes do PCB e seus militantes, ainda aturdidos, mas apressando-se para fugir e buscar esconderijo das perseguições que já se haviam iniciado, não tiveram condições de alçar

qualquer resistência, a despeito da tentativa de alguns de seus quadros, a exemplo do líder pernambucano Gregório Bezerra, que buscou chances de uma reação armada entre os camponeses da Zona da Mata, mas debalde foi a intenção.

Juntamente aos integrantes das Ligas Camponesas e sindicatos (urbanos e rurais), o PCB foi um dos alvos primeiros da repressão que se seguiu imediatamente ao golpe, levada a cabo pelos militares golpistas e seus apoiadores civis armados. Muitos dos militantes do PCB foram presos e processados (através dos Inquéritos Policiais Militares – IPMs). Os que possuíam cargo público foram sumariamente demitidos. Um conjunto de ações contra toda e qualquer possível oposição ao movimento golpista que buscava se consolidar e, ao mesmo tempo, legitimação social.

Passado este primeiro momento de “caça às bruxas” que encetou um brutal desbaratamento de sua estrutura partidária, o PCB foi, em certa medida, poupado nos anos que se seguiram de uma perseguição mais intensa dos órgãos repressivos, ocupados que estes estavam com outros grupos que ofereciam, em análise desses, maior perigo imediato, como, por exemplo, o movimento estudantil e, a partir de 1968, as manifestações de massa, greves e as organizações armadas de esquerda.

Mas, descendido e controlado o movimento de massas, aniquilados ou sufocados os agrupamentos em armas, entre 1968 e 1974, via utilização indiscriminada de um combinado de dispositivos ilegítimos (legais e extralegais, típicos de ditaduras), tendo no AI-5 sua máxima expressão, o PCB (de 1974 a 1976) voltou a ser alvo da intensa repressão, no entanto, desta vez de forma muito mais violenta, pois, além das muitas prisões, seus militantes foram trucidados sob utilização sistemática da tortura, já institucionalizada como política de estado desde muitos anos, mais enfaticamente após 1968. Contra o PCB foram empregados os mesmos bestiais expedientes aplicados aos grupos ditos “mais violentos”, a defesa pública dos métodos pacíficos e reformistas, não eximiu o partido das represálias do Estado e do seu poder dirigente.

Mesmo assolado por uma intensa luta interna, a maior de sua história (Ridenti, 1993, p.28), agudizada após o golpe, mas iniciada ainda na segunda metade da década de 1950 (sobretudo após o XX congresso do Partido Comunista da União Soviética – PCUS, ocorrido em 1956), a qual havia gerado

em fins de 1961 e inícios de 1962 a cisão de importantes dirigentes (Maurício Grabois, João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara, Aluísio Palmar e outros) que criariam o PC do B, reclamando para si a tradição de lutas do partido criado em 1922, o Partidão (como viria a ser chamado após o golpe pelos egressos da organização) manteve suas orientações gerais, anteriores ao 1º de abril, intactas.

Falta de previsibilidade, pacifismo e imobilismo frente ao golpe e à instauração da ditadura, substitutismo da classe operária pelo governo e pela burguesia nacional, dos quais teria ficado a reboque, iludindo-se com um perfil progressista da burguesia nacional que nunca teria existido. Estas foram algumas das críticas direcionadas ao PCB por parte de seus militantes de base, mas também de importantes dirigentes, como Joaquim Câmara Ferreira, Jover Telles, Mário Alves, Orlando Bonfim, Giocondo Dias, Jacob Gorender, Carlos Marighella, Apolônio de Carvalho e outros.

Críticas estas que sintetizavam as razões fundamentais do descontentamento e oposição política existente dentro do aparelho partidário do PCB e que seriam as bases fundamentais das muitas cisões que não tardaram a ocorrer. Em linhas gerais, o conteúdo destas críticas ficou plasmado no “Esquema para Discussão”, primeiro posicionamento da Comissão Executiva do PCB, redigido em maio de 1964 por alguns de seus membros, críticos à linha política oficial adotada pelo Partido. Somente alguns membros elaboraram e redataram o *Esquema* porque, diante da clandestinidade imposta pelo golpe, por questões de segurança, Prestes e outros membros do Comitê Central não puderam comparecer às primeiras reuniões da executiva.

Importante é a análise deste documento pelo seu caráter de apreensão da crise que se abateu sobre o PCB e como peça de discurso político embrionária das esquerdas que pegariam em armas, alguns anos após o golpe. Não se vê ainda neste documento a defesa, apesar de ser apontada a possibilidade do uso da violência de confronto, o emprego da violência premeditada contra o aparelho de Estado. Observa-se, na verdade, a defesa da violência como recurso de defesa, acompanhada de uma preocupação reiterada de atuação no movimento de massas. As orientações para a prática vão nesta direção.

Por articulações internas da organização partidária, encabeçadas por Prestes, a crítica apresentada no *Esquema para Discussão* foi silenciada naquele momento, figurando apenas como ensaio, um primeiro capítulo da torrente de debates em torno das mesmas questões que se seguiria no interior do PCB. Tais questões foram a musculatura política de inúmeros fracionamentos e cisões que ocorreram, desde as Dissidências Estudantis (1966) até a Corrente Revolucionária (1967), que abrigou os principais líderes e fundadores da ALN e PCBR, duas das principais organizações armadas que despontaram no cenário brasileiro em 1968, e responsáveis pela maior subtração de membros do Partidão.

Neste momento, 1967/68, os militantes que aqueceram os debates internos do PCB, já não mais acreditavam no caminho pacífico, nem tampouco numa possível reabilitação dos erros do partido, então, optaram pela via armada para enfrentamento da ditadura e como caminho da Revolução Brasileira. Mesmo o *Esquema para Discussão* tendo sido elaborado nas primeiras semanas após o golpe, ao passo que indicava a crise no interior do PCB, já anunciava de modo seminal a possibilidade do caminho armado. “A derrubada da ditadura dependerá da unidade das forças democráticas e do vigor de suas lutas. O desenrolar da luta política permitirá determinar se esta derrubada se dará através da ação armada ou por meios pacíficos. Em qualquer caso, deve resultar da luta de massas”.⁸

O PCB fez “ouvidos moucos” às alas discordantes e foi partidário de primeira hora da atuação parlamentar, através do MDB, no pós-golpe. A insistência do PCB no caminho pacífico não impediu a marcha dos que acreditavam que o caminho das armas era o único possível para o enfrentamento à ditadura e via para deflagração da Revolução Brasileira.

A(u)tores em Ação: O Caminho Armado entra em cena

Em 1965 havia sido publicado o livro “Porque Resisti a Prisão”, de Carlos Marighella, relatando o episódio (ocorrido em nove de maio de 1964) de sua prisão pela repressão em um cinema (Eskye-Tijuca) no bairro da Tijuca, Rio de Janeiro. Este escrito nos interessa na medida em que avança

⁸ Esquema para Discussão, In **Processo**. n° 7735/69, BNM 279, p. 15.128 e ss.

nas proposições deste militante comunista, principal fundador e ideólogo da ALN, na elaboração de uma linha política de defesa do caminho armado. No entanto, não traz em suas palavras, ainda, a sugestão decidida da luta armada, na verdade, ele reforça a necessidade da luta de massas, apesar de ser categórico em suas manifestações sobre a necessidade de resistência à ditadura, fazendo inclusive menção ao Levante Comunista de 1935, o qual haveria sido, em sua caracterização, uma insurreição militar contra o fascismo e um protesto do povo contra a atuação do imperialismo no Brasil. A ausência de qualquer resistência ao golpe de 64 é conferida à política de conciliação levada à efeito pelo PCB, um “erro tático de confiar na capacidade de direção da burguesia, sem o apelo ao movimento de massas e a ação e vigilância independentes”. Cito (Marighela, 1979. p. 9 e ss.):

os brasileiros estão diante de uma alternativa. Ou resistem à situação criada com o golpe de 1º de abril, ou se conformam com ela. O conformismo é a morte. No mínimo viver de joelhos. Sofrer humilhações sem fim. Amargar o espezinhamento ante os Inquiridos Policiais Militares (IPMs) e seus inquisidores-chefes.

(...) não há outro caminho para nosso povo senão a luta de massas contra seu principal inimigo interno, isto é, a ditadura. (...) o conteúdo desta luta é de oposição popular e de combate cerrado à ditadura. E somente com este conteúdo a luta das forças populares e nacionalistas terá êxito. (...) o que se pode esperar como questão central é o problema das liberdades democráticas. O sistema político brasileiro atual deve deixar de ser uma ditadura para ser uma democracia, onde imperem as liberdades públicas e seja feita uma abertura para o progresso.

Em 1966, seguindo a tendência de crise em suas fileiras, ululam as dissidências estudantis do PCB (do Rio de Janeiro – DI-RJ; da Guanabara – DI-GB e do Rio Grande do Sul – DI-RS), sobretudo as bases universitárias, de militantes que, desesperançados em ganhar no terreno do debate e instâncias internas frente ao burocratismo dirigente, preferem criar seus próprios grupamentos, além de outras organizações armadas surgidas do interior de grupos de “rachas” já ocorridos (como é o caso do Partido Comunista Revolucionário e da Ala-Vermelha, ambos provenientes do PCdoB) e de articulação autônoma, fora do escopo da orientação necessariamente marxista, com inspiração maior no nacionalismo de

Esquerda, que teve como tronco o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) no Pós-1964, são eles: o Movimento Revolucionário 21 de Abril (MR-21) e Movimento Revolucionário 26 de Março. O último também congregou militantes egressos do PCdoB.

É também em 1966 que veio a se constituir o Grupo Corrente no interior do PCB, abrigando, tanto militantes vinculados à Marighella, que criaria a ALN no ano seguinte (com o nome de Grupamento Comunista de São Paulo), quanto os fundadores do PCBR, que se originaria formalmente em abril de 1968, com a aprovação de sua linha política, mas saliente-se que, em outubro do ano anterior, já haviam promovido um encontro ampliado para sua fundação. Em 1966 Marighella veio a publicar o texto *A crise brasileira*, no qual concluía que “a nova situação política não podia ser resolvida segundo a fórmula anterior (‘caminho pacífico e apoio à burguesia na luta pelas reformas’). Nesse sentido, Marighella se esforçaria em traçar uma nova forma de atuação política cuja característica central será a tentativa de união entre luta de massas e luta armada” (Sales, 2007, pp.58-59).

Mas é em julho de 1967, quando viaja para Cuba com o objetivo de participar do congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que se realizaria naquele país entre 31 deste mês e 10 de agosto, que Marighella irá romper definitivamente com PCB, ao qual encetou críticas abertas no espaço do congresso. O PCB, ao ser informado da participação de Marighella neste congresso – que, pensado pelos cubanos, buscava ser um difusor da revolução no Terceiro Mundo e, especialmente nas Américas – expulsou-o do partido.

Em sua estadia em Cuba, na segunda metade de 1967, Carlos Marighella elaborou dois importantes documentos determinantes na linha política da luta armada que seria aplicada a ALN, a *Carta ao Comitê Central e Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil*, sobretudo o último, que “pode ser tomado como a primeira elaboração feita por Marighella de uma teoria geral de como se poderia desencadear a guerrilha no Brasil, vindo permeada de clara influência cubana” (Sales, 2005, p.210). Ao voltar ao Brasil, Marighella inicia, de fato, a criação da ALN (inicialmente chamado de Agrupamento Comunista de São Paulo) e imediata passagem da teoria para a prática da luta armada. As primeiras ações, já seriam realizadas neste

mesmo ano. Mas será no ano de 1968 que o fenômeno da luta armada irá adquirir uma abrangência nacional.

Nós do Debate: Questões historiográficas sobre a Ditadura e as Esquerdas Armadas

Em 1968, assiste-se a uma radicalização da política e da violência política nos movimentos de massas, iniciados com as manifestações estudantis, mas que ganharam adesão e força de outros setores sociais, inclusive do movimento operário que deflagrou duas greves de massiva participação, em Osasco (SP) e Contagem (MG). Fatores sintomáticos de uma rearticulação das forças de esquerda no Brasil, também contagiada por uma efervescência em nível mundial.

1968 foi um ano em que múltiplos movimentos e potencialidades transcenderam seu curto período temporal de existência, pois “apesar de breve 1968 não foi transitório nem efêmero. Pelo contrário, se eternizou com intensidade na memória dos que viveram”, tampouco foi “fugaz, já que ficaram marcados nos corpos dos estudantes que iniciaram outros caminhos, alguns com resistência sub-reptícia nas universidades. Outros assumiram o enfrentamento armado, a morte e o exílio. Porém, sem dúvidas, se há algo que não foi é frágil.” 68 foi cenário dos jovens que encararam com coragem as ditaduras “maquiadas de ordem constitucional” (Bonavena; Millan, 2018, p.35).⁹

Os acontecimentos deste ano foram determinantes no desfecho dos debates internos do PCB que se arrastavam desde antes de abril de 1964 e intensificados após. Numa crise orgânica desencadeada em torno do processo de “desestabilização”, muito traumático para a organização partidária, visto que, como tantos outros partidos comunistas sob a órbita de Moscou, o PCB durante muitas décadas nutriu adoração à figura do líder máximo soviético.

Partidos Comunistas do mundo todo imergem em profundo debate sobre o legado do stalinismo e os desafios do processo de “desestalinização”

⁹ O livro **Los 68 Latinoamericanos** é uma obra panorâmica e diversa do ponto de vista interpretativo e metodológico. Do trabalho ficaram de fora, no trato específico, os casos de países latino-americanos que também protagonizaram intensa mobilização estudantil: Bolívia, Cuba, Venezuela, Nicarágua e Peru.

das estruturas partidárias, algo que não era ponto pacífico entre os membros das direções, como não foi no Brasil. 1968 é o ponto alto, em nível mundial, da contestação da instituição-partido e do modelo soviético de revolução, guiado durante décadas pelo autodenominado Stálin (“homem de ferro”)

Nos países da periferia do capitalismo a ideia do foco guerrilheiro inspirado na Revolução Cubana e na figura de Che Guevara, é um dos elementos centrais. Pode-se falar inclusive de um dorso imagético castro-guevarista, que seria, como apontou o historiador Jean Sales (2005, p.46):

o conjunto de ideias oriundas de escritos de Che Guevara e discursos de Fidel Castro, que foram sistematizadas por Régis Debray em seu livro “Revolução na revolução”. Em resumo, tratava-se de mostrar que a luta armada, através da guerra de guerrilhas, era o método que deveria ser utilizado na América Latina dos anos sessenta para se fazer a revolução, o que podia prescindir da presença de um partido comunista e de outras condições preconizadas pelos marxistas.

É indispensável, para acesso aos fatos que gestaram a cultura política dessa nova esquerda latino-americana, a reconstrução do cenário da época e a caracterização geral de quem foram os atores que compuseram a esquerda armada no Brasil, rastreando as questões mais candentes e de influxo no cotidiano e imaginário daquele período para esses atores e essas atrizes. Em sua pesquisa de doutorado, *O Fantasma da revolução brasileira: raízes sociais das esquerdas armadas, 1964-1974*, o sociólogo Marcelo Ridenti (1989) dedicou-se, na segunda metade da década de 1980 (a tese foi defendida em agosto de 1989) a construir essa radiografia indenitária.

Seu trabalho de grande fôlego interpretativo – que publicado como livro em 1993 viria a ser firmar como um clássico do tema –, através do cruzamento de dados e tabelas do Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM),¹⁰ trouxe importante contribuição nesse sentido mapeando detalhadamente a inserção social dos e das militantes por grau de instrução, idade, ocupação,

¹⁰ Do *Projeto Brasil: Nunca Mais* (PBNM), que microfilmou – no período de 1979 a 1984 – processos tramitados na justiça militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, totalizando ao final da tarefa mais de um milhão de páginas. Além de inúmeros processos incompletos, consegui copiar 707 processos integralmente. Os quais, a partir de 2005 - através de uma parceria entre o grupo Armazém Memória, o Ministério Público Federal (Procuradoria Regional da República – 3ª Região) e o Arquivo Público do Estado de São Paulo - começaram a ser disponibilizados pela internet e em 2013 foi garantido o acesso total a todos os processos através do endereço eletrônico <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>

origem regional, sexo, etc. O que lhe permitiu traçar valiosas conclusões sobre as organizações armadas e seus integrantes.

Um primeiro dado importante a mencionar é a divisão conforme o sexo. Nas organizações de esquerda no Brasil processadas judicialmente nos anos 1960 e 1970 (sempre de acordo com os dados do Projeto BNM) conforme o sexo (quando conhecido) 16% (660) era composto por mulheres e os outros 84% por homens (3.464). Quando analisamos este fator nas esquerdas armadas há um pequeno acréscimo de participação feminina, subindo para 18,3% (387) contra 81,7 (2.112) de homens. O quadro é representativo das enormes dificuldades das mulheres em participarem da política naqueles anos. “A maioria das mulheres presas e exiladas de extração mais pobre foram incriminadas por serem mães, irmãs ou esposas de guerrilheiros – e não por participarem diretamente das atividades consideradas subversivas”, no outro polo, as jovens intelectualizadas processadas “participaram ativamente nas esquerdas armadas” (Ridenti, 1993, p.197).

Os dados também deixam clara a presença notável de estudantes nos grupos de esquerda em geral, a qual chegava a quase um quarto dos membros desses grupos (24,5%). Dos que pegaram em armas a cifra é ainda mais alta, chegando a 30,7% dos participantes. Também chama a atenção para o crescimento deste setor na composição dos movimentos de Esquerda antes e depois de 1964, inaugurando uma crescente. Na caracterização da faixa etária dos que participaram de algum grupo guerrilheiro ou eram simpatizantes, os números confirmam uma tendência que era também mundial, mas não por isso deixa de impressionar. Mais da metade dos que integraram a esquerda armada (51,76%) possuía menos de 25 anos, acima de três quartos contava até 30 anos (75,33%) e 85,88% não passava dos 35.

Segundo o levantamento, a participação dos jovens nas esquerdas armadas era claramente superior a da sociedade em geral. Quanto à instrução dos membros das esquerdas armadas, mais da metade deles eram estudantes do ensino superior (universitário), egressos da escola ou ainda cursando o ensino médio. Conclui-se, por conseguinte, que

a análise da participação dos estudantes na luta contra o regime militar deve ser considerada peça-chave para compreender as

esquerdas armadas urbanas, ainda que elas tenham tido inúmeras facetas sociais além da estudantil, com destaque principalmente à participação dos trabalhadores intelectuais, dos militantes profissionais antigos, rompidos com o PCB, e dos militares subalternos e suboficiais, que também foram componentes muito significativos dos grupos em armas, ao menos qualitativamente (sem esquecer que os estudantes, como categoria social, são também cortados por distintas inserções de classe) (Ridenti, 1993, p.121).

É crucial na análise sobre as esquerdas armadas ter clareza da tamanha importância dos jovens e estudantes no processo. Analistas e atores daquele momento, insistiram em uma suposta inferioridade política proveniente desse pertencimento. A desqualificação dos insurgentes armados, e de suas organizações, por suas origens sociais de classe média, pertencimento ao movimento estudantil ou mesmo por trilhar caminho fora das linhas oficiais/tradicionais, aparecia comumente envernizada sob epítetos batidos do vocabulário comunista/stalinista, usados por anos à fio pelas direções partidárias para desprestigiar, desacreditar e, inclusive, difamar os críticos dos grupos hegemônicos de ora. Críticos alvos, quase que invariavelmente, de expurgos e perseguições, como foi o caso dos trotskistas, dentro do PCB, e dos anarquistas, de atuação externa ao partido.

Pequeno-burguês foi o adjetivo coringa mais extensivamente utilizado e difundido nessa estratégia político-discursiva, figurando, na condição de mote explicativo, como panaceia para todas as situações de ausência de argumentação mais sólida e complexa. A essa palavra-chave, juntamente a outros termos complementares de igual carga negativa, se recorria na elaboração de análises de conjuntura, balanços políticos, crítica, autocrítica de pessoas, organizações e episódios.

E, diga-se de passagem, o termo ocupava ordinariamente posição de relevo no constructo da peça escrita ou verbal, basta observar os documentos das organizações da época. Porém, não somente os atores do período irão se valer do sentido do jargão *pequeno-burguês*, será mesmo adotado por acadêmicos que se propuseram a investigar temas do período e, incontornavelmente, a Esquerda que pegou em armas. A caracterização juvenil dos militantes ocupa lugar estratégico para justificar sua adesão aos grupos armados como um processo de arroubo, ensejando ter sido fruto da falta de maturidade ou experiência política, conforme observamos em Weffort (1984, p.63 e ss.). Semelhante trajetória, do exemplo do uso do termo

pequeno-burguês, que se iniciou adotado por atores da época e depois absorvido pela acadêmica, teve o conceito de *suicídio revolucionário* no arsenal analítico sobre as esquerdas armadas. Neste prega-se que as pessoas que integraram as esquerdas armadas, diante da impossibilidade de vencer a luta, caminharam para a morte, mais precisamente o suicídio. Um de seus adeptos traz o mote explicativo: “os homens que resistiram através das armas, sem outra alternativa aparente, caminharam para o suicídio iminente. (Rezende, 2010, p.237). Nesse quadrante de análise também está a obra organização por Araujo (2014), a qual lê o Caminho Armado como “revanchismo ao golpe de 64” (p.9-10).

E neste ponto chegamos a outras questões que a historiografia brasileira tem se debruçado há muitos anos sem que se alcance um “meio-termo” na comunidade histórica. Marcelo Ridenti (2005, p.226) tentou demonstrar “com base no que se passara com as esquerdas armadas”, que “esses grupos tendem a esfacelar-se quando perdem as raízes sociais.” Respondendo a pergunta do que haveria mais agudamente caracterizado o significado histórico das esquerdas armadas pós-golpe de 1964, sua resistência à ditadura ou seu projeto da Revolução Brasileira?, Marcelo Ridenti defende que

independentemente da vontade revolucionária das esquerdas armadas, pode-se constatar que elas eram pequenas e frágeis demais para tomar o poder. Fizeram parte do arco amplo e heterogêneo de oposição à ditadura, que pode ser chamado de “resistência”. (...) O fato é que se instalou aqui uma ditadura e a ação dos grupos armados constituiu-se efetivamente numa resistência contra ela, mesmo que o projeto guerrilheiro fosse anterior e pretendesse ser muito mais que isso (Ridenti *In Mota et al*, 2004, 57).

Já Daniel Aarão Reis Filho, discorda de que a esquerda revolucionária tenha composto a resistência à ditadura, segundo ele o entendimento da esquerda armada como resistência somente veio no período da anistia como uma memória apaziguadora, politicamente eficaz para o projeto da conciliação nacional, a luta revolucionária contra a ditadura teria sido “reinterpretada como uma forma de resistência ao absoluto fechamento do regime, uma tentativa imposta pela ausência de brechas institucionais que

viabilizassem, de algum modo, as lutas democráticas, uma reação desesperada à falta de alternativas” (Reis Filho, 2014, p.8).

Aarão Reis debita os descaminhos e a coesão das organizações de luta armada à sua intrínseca ambiguidade interna de funcionamento, argumentando que não foi falta de preparo para a revolução que sequenciou seu fracasso, pois, contrariamente, as organizações comunistas “estavam preparadas, coesas e mobilizadas, em umas palavras, prontas – mas a Revolução faltou ao encontro” (Reis Filho, 1990, p. 186). O insucesso corresponderia em forte grau ao desencontro conjuntural entre os fatores típicos de coesão das organizações comunistas e a incapacidade de seus membros de “manterem um contato, uma troca, uma interação, vivas e ágeis com o processo histórico”. Diz ele: “autoritários e soberbos, generosos e audaciosos, no limite da arrogância, equivocaram-se de sociedade e de tempo histórico – e pagaram com a existência, física e política, pelos erros cometidos” (Reis Filho, 1990, p.71) Compreensão semelhante, consistindo numa mesma linha historiográfica, tem as historiadoras Denise Rollemberg (*In* Martins Filho, 2008) e Janaina Cordeiro (2012).

No outro oposto, há autores que tendem a concluir que as violências perpetradas pela oposição e pela ditadura se equivaleriam, ainda que cada um lutando pelo que “acreditava”. O exemplo mais emblemático é a coleção do jornalista Elio Gaspari, “ditadura envergonhada”, “ditadura encurralada”, “ditadura derrotada”, “ditadura escancarada” e “ditadura acabada”. Estes textos enveredam por uma lógica argumentativa justificadora em que a violência do regime é tomada, ao fim e ao cabo, como um mecanismo de reação ou mesmo de defesa da Ditadura ao terrorismo de esquerda.¹¹

O autor diz que, assim como na esquerda, ter-se-ia desenvolvido

a ideia segundo a qual o dever do revolucionário era fazer a revolução, criou-se à direita o entendimento de que os revolucionários de 1964 tinham o dever de erradicar o terrorismo, a subversão e até mesmo aquilo que denominavam (sem terem conseguido jamais definir) de “contestação ao regime (Gaspari, 2002, p. 196).

¹¹ Termo usado pelo autor nos dois volumes de sua obra *As Ilusões Armadas - A ditadura envergonhada*.

Elenca a hipótese de que as organizações de luta armada teriam fracassado devido a sua meta de “transformar o Brasil numa ditadura, talvez socialista, certamente revolucionária. Seu projeto não passava pelo restabelecimento das liberdades democráticas” (Idem, p.198).

Como os títulos de suas obras manifestam, Gaspari considera que desde 1964 havia sido implantada uma ditadura no Brasil. Em direção diferente segue o historiador Marco Antonio Villa, o qual advoga que, a estrito rigor, não houve regime ditatorial no Brasil entre 1964 a 1985. Segundo sua análise, dos 21 anos de regime apenas os 10 anos de vigência do AI-5 [1968-1978] “merecem ser definidos como ditadura, mas mesmo assim, com algumas ressalvas” (Villa, 2014, p.183).

No seu entender, a categoria mais apropriada para entendimento e conceituação do regime seria a de *Autoritarismo*, pois este no Brasil, ainda conforme Villa, “faz parte de uma tradição antidemocrática solidamente enraizada e que nasceu com o Positivismo, no final do Império. O desprezo pela democracia foi um espectro que rondou o nosso país durante cem anos de República” (Idem, p.7). Para Villa a luta armada “não passou de ações isoladas de assaltos a bancos, sequestros, ataques a instalações militares e só” (Ibidem).

A questão da democracia, ou mais especificamente, a suposta falta de compromisso dos atores envolvidos nas lutas sociais (seja à esquerda ou à direita) com os valores democráticos institucionais no período anterior ao golpe, sobretudo no mandato de Jango, ou mesmo pós-1964, é outro ponto de discussão saliente na historiografia do tema, e que, por conseguinte, divide especialistas. Este debate ganhou força e relevância nacional em 2004, nos debates sobre os 40 anos do golpe. A partir deste momento a obra que seria mais revisitada, escrita em 1986-1987 e publicada no Brasil em 1993, é *Democracia ou reformas?* da cientista política Argelina Figueiredo (1993), reconhecida como obra que inaugura uma operação revisionista à interpretação do Golpe de 1964 como um golpe de classe, defendida referencialmente em *A Conquista do Estado* do também cientista político René Armand Dreifuss.

A consideração de um dito “déficit democrático” como fator fundamental para compreensão do golpe será, de uma forma ou de outra, observada em vários autores, entre eles, Jorge Ferreira (2003), Daniel Aarão

Reis Filho (2000), Denise Rollemberg (2008), Janaina Cordeiro (2012), Marco Antonio Villa (2014) e outros. Quase os mesmos autores que também defendem a interpretação elaborada por Aarão Reis na qual uma dita memória confortável haveria se estabelecido na sociedade brasileira em sua elaboração do passado traumático da ditadura, apagando/negando neste processo o significativo apoio civil à ditadura, que conforme o autor teria existido.

Assim, a Ditadura passa por Reis Filho e outros historiadores a ser classificada de civil-militar, não na acepção apregoada por Dreifuss – esta mais próxima de empresarial-militar – mas para denotar uma suposta forte base social que haveria mesmo dado sustentáculo à ditadura. Esta versão argumenta que este apoio civil somente teria desaparecido no momento da ressignificação do passado, no momento da construção da “nação de democratas”, nas palavras dele, “a sociedade brasileira, depois que aderiu aos valores e às instituições democráticas, enfrenta grandes dificuldades em compreender como participou, num passado ainda muito recente, da construção de uma ditadura, que definiu a tortura como política de Estado” (Reis Filho *In* Motta *et al*, 2004, p. 49.)

Mas de qual democracia [que supostamente era desprezada pela Esquerda Armada] estamos falando? Em minha visão é necessário requalificar o conceito de democracia, já demasiadamente remendado, partindo para um outro que extrapole a democracia estatizada, a qual não serve ao povo, nem tampouco lhe garante exercício real de poder. Nestes marcos valeria a utilização das categorias *Verdadeira Democracia* ou mesmo *Democracia Insurgente* cunhadas, sob inspiração dos escritos de Marx, pelo filósofo Miguel Abersour (1998) em sua obra *A Democracia Contra o Estado*. Nesta acepção a instituição democrática do social “não deixa de dirigir-se contra o Estado afirmando *in actu* a possibilidade de apagar a divisão entre governantes e governados, ou de reduzi-la a quase nada, de inventar um espaço público e um espaço político sob o signo da isonomia” (Abersour, 1998, p.128).

Em nosso historiar, não somente com o tema da democracia precisamos buscar outros horizontes, esta tarefa se aplica ao estudo da própria atuação das esquerdas armadas. Faz-se necessário primariamente um novo olhar epistêmico do ser e do tempo, uma abordagem nova dos

sujeitos com seus contextos, ou seja, uma nova concepção de mundo, afastada do círculo do fatalismo histórico ou ideologia do progresso, conforme anunciado no introito do artigo.

Esse novo olhar podemos aprendê-lo, em grande parte, a partir dos ensinamentos de Ernst Bloch (2005; 2006), plasmados em sua obra *Princípio Esperança*. “[...] Expectativa, esperança e intenção voltadas para a possibilidade que ainda não veio a ser: Este não é apenas um traço básico da consciência humana”, mas retificado e compreendido concretamente, [é] uma determinação fundamental em meio à realidade objetiva como um todo” (Bloch, 2005, p.17).

O método histórico inspirado por essa assertiva deve adotar uma concepção do ser que dê conta de inseri-lo na dinâmica ontológico-existencial de processualidade do real e de si mesmo. Negando, pois, como aludiu Nietzsche, “a doença histórica que conduz a admiração beata do resultado e à idolatria dos fatos” (Abensour, 1990, p. 279). Neste sentido, ao irmos ao passado, conscientes da indeterminação histórica para seus atores e atrizes do período, o rastreio da cultura coletiva compartilhada PELOS insurgentes armados é fundamental. No encerramento deste trabalho, podemos inverter e ir para o começo, isto é, pensarmos juntos o que motivou aqueles sujeitos à escolha pela insurgência armada. Vázquez (1977, p.389) responde com uma máxima que povoou a cabeça daquela juventude no momento decisivo: “Ao renunciar-se por princípio à violência quando esta impera, corre-se o risco de ser, objetivamente, seu cúmplice.”

Referências

ABENSOUR, M. **O Novo Espírito Utópico**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

ANTUNES, R. A Primeira Inflexão Stalinista no Brasil: As repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista no III Congresso do PCB. **XV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 15 a 18 de outubro de 1991, CAXAMBÚ, MG. GT: Movimentos e Partidos de Esquerda.

BENJAMIN, W. “Para uma Crítica da Violência” *In: Documentos de cultura. Documentos de barbárie*: Escritos escolhidos / seleção e apresentação Willi Bolle; tradução Celeste H.M. Ribeiro de Sousa ... I et al.1. - São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo. 1986.

BENJAMIN, W. "Sobre o Conceito de História". In: BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas**: Magia e Técnica, Arte e Política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BERNARD, C. "Imperialismos Ibéricos". In: FERRO, M. (org). **El Libro Negro del Colonialismo**. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrependimiento. Trad. Carlos Caranci. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005. pp. 165-213.

BLOCH, E. **O princípio esperança**. Trad. Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 16. v. 1 e 2.

BLOCH, E. **O princípio esperança**. Trad. Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2006. v. 3.

BONAVENA, P.; MILLAN, M. **Los 68 Latinoamericanos – Movimientos estudiantiles, política e cultura en México, Brasil, Uruguay, Chile, Argentina y Colombia**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. Instituto de Investigaciones Gino Germani - UBA, 2018.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

CORDEIRO, J. M. **Lembrar o Passado, Festejar o Presente**: As comemorações do sesquicentenário da independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2012.

DREIFUSS, R. A. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 2006.

DREIFUSS, R. A. **O Jogo da Direita**: Na Nova República. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

FAORO, R. **Os Donos do Poder**: Formação do patronato político brasileiro. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

FIGUEIREDO, A. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GASPARI, E. **As Ilusões Armadas** - A ditadura envergonhada. v.1, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Indígenas. Primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JANOTTI, M. de L. M. **Os Subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARCUSE, H. **O fim da utopia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARIGHELLA, C. **Escritos de Carlos Marighella**. Editora e Livraria Livramento: São Paulo, 1979.

MOORE JR. B. **Los Orígenes Sociales de le Dictadura y de la Democracia:** El señor e el campesinato em la formación del mundo moderno. Trad. Jaume Costa e Gabrielle Woith. Ediciones Península: Barcelona, 2002.

MOTTA, R. P. S.; REIS, D. A.; RIDENTI, M. (org.). **O Golpe e a Ditadura Militar:** quarenta anos depois (1964-2004). Bauru-SP: Edusc, 2004.

OLIVEIRA, S. L. S. de. **Caminhando Com os Próprios Pés:** A formação política e teórica da ORM-POLOP (1956-1967). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PAES, M. H. S. **A Década de 60.** Rebeldia, contestação e repressão política São Paulo: Editora Ática, 2004.

PEREIRA NETO, M. L. **Outras histórias:** contribuições à história do trotskismo no Brasil - 1952/1966 - O caso do POR (Partido Operário Revolucionário). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo:** Colônia. 17ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaio.** São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1976.

REIS FILHO, D. A. **A Revolução Faltou ao Encontro.** Os comunistas no Brasil, Brasiliense, São Paulo, 1990.

REIS FILHO, D. A. **Ditadura e Democracia no Brasil:** Do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

REIS FILHO, D. A. **Ditadura, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

REZENDE, C. C. de. **Suicídio Revolucionário:** A luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

RIDENTI, M. S. **O Fantasma da revolução brasileira:** raízes sociais das esquerdas armadas, 1964-1974. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo.

RIDENTI, M. **O Fantasma da Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 63.

ROCHA, G. **Meio século de caminhada socialista.** Fortaleza: Expressão, 2008.

ROLEMBERG, D. "Esquecimento das Memórias" *In:* MARTINS FILHO, J. M. (org.). **O Golpe de 1964 e o Regime Militar:** Novas perspectivas. São Carlos: EDUFSCAR, 2008;

SÁ, Aibirê Ferreira de. **Das Ligas Camponesas à Anistia:** memórias de um militante trotskista. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007.

SALES, J. R. **A Luta Armada Contra a Ditadura Militar**: A esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

SALES, J. R. **O Impacto da Revolução Cubana sobre as Organizações Comunistas Brasileiras (1959-1974)**. Doutorado (Tese de Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: 2005.

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1996.

TILLY, C. Organizaciones Violentas. **Revista Sociedad y Economía**, núm. 7, octubre, Universidad del Valle Cali, Colombia, 2004.

VALLE, M. R. **O debate teórico sobre a violência revolucionária nos anos 60**: “Raízes e polarizações”. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2002.

VALLE, M. R. **O Diálogo é a Violência**: Movimento Estudantil e Ditadura Militar em 1968. Campinas, 1997.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Trad. Luiz Fernando Cardoso. 2ª Edição. Paz e Terra: 1977.

VIDAL-NAQUET, P. **Os Assassinos da Memória**: Um “Eichman de Papel” e outros ensaios sobre o Revisionismo. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1988.

VILLA, M. A. **Ditadura à Brasileira**. 1964-1985: A Democracia Golpeada à Esquerda e à Direita. São Paulo: LeYa, 2014.

WEFFORT, F. **Por que Democracia?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.